

Congresso recebe Orçamento para o próximo ano

Segundo o presidente do Senado, regras que permitem ao Executivo contingenciar verbas para investimento não podem continuar

O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, entregou ao presidente do Senado, Renan Calheiros, o Orçamento para o próximo ano. A proposta foi elaborada com previsão de superávit primário (receitas menos despesas, excluídos os pagamentos de juros) de 4,25%. Para Renan,

um superávit dessa magnitude é incompatível com as necessidades de o país realizar investimentos nas áreas social e de infra-estrutura. O projeto prevê reajuste para o salário mínimo em maio de 2006 com base na inflação passada mais a variação do PIB *per capita*.

Página 7



José Cruz

Movimento reivindica apoio a creches

A inclusão de creches no Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação, a ser criado, é a principal reivindicação de uma "carrinhata de bebês" no Congresso.

Página 3



Moreira Meniz

ACORDO No Plenário, senadores rejeitam todas as emendas à proposta do Executivo que cria a Anac

Aviação civil terá sua agência reguladora

A aviação civil será controlada por uma agência reguladora. Projeto que cria a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), autarquia especial vinculada ao Ministério da Defesa, foi aprovado ontem pelo Senado e

segue para sanção do presidente da República. Várias outras propostas, como a que prorroga a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental, foram aprovadas.

Página 3

Relatório conjunto das CPIs será votado hoje

Comissões que investigam Correios e Mensalão examinam, a partir das 15h, documento que reúne tudo o que foi apurado sobre parlamentares

Página 4

Renan e Lula defendem as investigações

Página 5

Palocci não usou caixa dois, diz assessor

Página 4



Ricardo Stuckert/PR

DIÁLOGO Lula diz a Renan que tem cobrado pressão nas investigações feitas pelo Executivo

Roosevelt Pinheiro



ANÁLISE Maciel cita Norberto Bobbio ao falar sobre as "promessas não cumpridas da democracia"

Maciel destaca globalização da democracia

Marco Maciel (PFL-PE) registrou ontem a reunião do Clube de Roma, realizada na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Fundado em 1968 pelo economista italiano Aurelio Peccei, o clube analisa os problemas globais de longo prazo, como pobreza, insegurança no emprego, deterioração do meio ambiente, alienação da juventude e rejeição de valores tradicionais, explicou o senador.

Entre os membros brasileiros do clube, Maciel citou os ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso e José Sarney. Nessa reunião, fizeram palestras os ex-ministros Luís Carlos Bresser e Celso Lafer.

O senador participou de uma mesa-redonda sobre o tema "Globalizando a Democracia – Buscando a Democracia para Todos" e observou que, 60 anos após a criação da Organização das Nações Unidas, cresceu o número de Estados democráticos, mas o uso de certos direitos é apenas parcial para muitos. Segundo Maciel, organismos como o Fundo Monetário Internacional se incluem entre "as promessas não cumpridas da democracia", conforme definiu Norberto Bobbio.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 3311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Lara Altafin, José do Carmo Andrade, Mikhail Lopes e Paula Pimenta
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 3311-1620
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 3311-3333
Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670
Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Agenda

Dia do presidente

O presidente do Senado, Renan Calheiros, participa da abertura do fórum especial "Reforma das Instituições do Estado Brasileiro – Executivo, Legislativo e Judiciário"; às 9h30; e do espetáculo musical *Ponte entre Povos*,

às 11h. Em seguida, recebe o presidente da Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo, Guilherme Afif Domingos; e, às 11h30, participa de homenagem ao Dia Mundial da Paz.

Comissões discutem relatório parcial conjunto

A CPI dos Correios promove reunião administrativa na parte da manhã, em que serão votados requerimentos. Às 15h, está marcada reunião conjunta das CPLs dos Cor-

reios e do Mensalão para discutir o relatório parcial das investigações realizadas pelo Congresso, que já apontam indícios de quebra de decoro parlamentar contra 18

deputados. O relatório será encaminhado à Mesa da Câmara dos Deputados, que decidirá sobre a necessidade de abertura de inquérito pelo Conselho de Ética.



No Plenário, Moçambique e FGTS

Em sessão marcada para as 14h, os senadores votam projeto que prevê o perdão de 95% da dívida de mais de R\$ 300 milhões que Moçambique contraiu com o Brasil (PRS 74/05). Também constam da pauta emendas ao projeto que permite a utilização do FGTS para compra de casa própria, em qualquer sistema de financiamento habitacional.

Doação de aeronaves

Às 9h30, a Comissão de Relações Exteriores (CRE) vota proposta que autoriza o governo brasileiro a doar seis aeronaves T-25 à força aérea boliviana e outras seis aeronaves do mesmo modelo ao Paraguai (PLC 74/05).

Às 10h, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) ouve o presidente da Câmara Brasileira dos Investidores em Energia Elétrica, Cláudio Salles, sobre os encargos e a tributação incidente no setor.



Irmão de Celso Daniel na CPI dos Bingos

A CPI dos Bingos ouve, a partir das 10h, João Francisco Daniel, irmão do ex-prefeito de Santo André (SP) Celso Daniel, assassinado em 2002. Entre os rumores que envolvem o assassinato do prefeito está a existência de um esquema de

corrupção nas empresas de coleta de lixo de Santo André. A partir das 11h, a CPI da Emigração Ilegal ouve Edson Bodola, ex-prefeito de Divino das Laranjeiras (MG), e o prefeito de São Félix de Minas (MG), Wanderley Vieira de Souza.

Turismo é tema na CDR

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) tem reunião prevista para as 9h30, em que discute a regulamentação da profissão de turismólogo (PLC 24/99) e projeto para incluir os portos de turismo entre as modalidades de instalação portuária de uso privativo (PLS 156/02).

Transplantes na CAS

Às 9h30, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) examina em turno suplementar a proposta que permite a retirada, pelo Sistema Único de Saúde, de órgãos e tecidos de doadores que se encontrem em entidades hospitalares não autorizadas a realizar transplantes (PLS 126/02).

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

Roosevelt Pinheiro



RENTABILIDADE Flexa Ribeiro elogia trabalho de empresa que desenvolve projeto de biodiesel

Senador propõe plantar dendê em área desmatada

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) propôs ontem o plantio de palmáceas, como o dendê, na reposição florestal em áreas 100% desmatadas na Amazônia. A proposta foi feita após uma visita que fez à empresa Agropalma, no estado do Pará, na última sexta-feira, em companhia dos senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM), Leomar Quintanilha (PMDB-TO) e Sibá Machado (PT-AC).

Os parlamentares conheceram de perto um projeto de produção de biodiesel a partir do óleo de dendê em área que era explorada pela pecuária.



AGRADECIMENTOS Com o fim da licença de João Ribeiro, Nezinho se despede do Senado Federal

Nezinho exalta agricultura do Tocantins

Nezinho Alencar (PSB-TO) afirmou ontem em Plenário que o Tocantins reúne as melhores condições na região Norte com relação à possibilidade de ganhos socioeconômicos sustentáveis. Em seu discurso de despedida, ao término da licença do senador João Ribeiro (PL-TO), ele disse que o estado pode viabilizar o sonho de tornar o Brasil o celeiro agrícola mundial.

– O Tocantins tem concentrado seus esforços na implementação de condições ideais para o desenvolvimento socioeconômico sustentável de seu povo e território – destacou.

Roosevelt Pinheiro

Cai o veto a reajuste salarial no Legislativo

■ Congresso derruba decisão presidencial sobre salários no Senado e na Câmara dos Deputados

O Congresso derrubou ontem, com votos de 370 deputados e 61 senadores, o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao projeto de lei que concede aumento de 15% aos servidores do Senado (PLS 371/04). Já o veto ao projeto de reajuste da Câmara (PLC 105) foi rejeitado com 407 votos. O líder do governo no Senado, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), informou que o governo apresentará ao Supremo Tribunal Federal (STF) ação direta de inconstitucionalidade (Adin) contra o reajuste. O presidente Lula, conforme

a mensagem que enviou ao Congresso, decidiu vetar integralmente as propostas por considerá-las inconstitucionais. De acordo com a Constituição, informa a mensagem, o aumento da remuneração só poderá ser efetuado se houver dotação orçamentária suficiente e previsão na Lei de Diretrizes Orçamentárias. O que, ainda conforme a mensagem, não existe.

– Não é desrespeito com o servidor porque eles são bem remunerados. A derrubada dos vetos contentará aos servidores, mas desrespeitará a Constituição – disse Mercadante.

O 1º secretário do Senado, senador Efraim Moraes (PFL-PB), afirmou que há recursos no Senado para pagar o aumento aos seus servidores, o que torna os projetos, segundo ele, constitucionais.



REPÚDIO Com votos de 370 deputados e 61 senadores, o Plenário do Congresso derrubou veto a aumento de servidores

José Cruz

Osmar apresenta modelo de escola



Osmar Dias

O senador Osmar Dias (PDT-PR) apresentou ao Plenário ontem um novo modelo de escola que será implementado no ensino fundamental no município de Foz do Iguaçu.

Osmar Dias explicou que a nova escola se baseará em três fases de ensino. Na primeira, será ensinada a técnica da comunicação, em vez de apenas leitura e escrita. Em um segundo momento, virá "a linguagem das ciências e da matemática" até chegar na terceira fase, na qual os estudantes deverão aprender a lidar com "a linguagem das novas tecnologias".

Ana Júlia rebate crítica a programas



Ana Júlia

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) respondeu aos críticos que afirmam ser assistencialistas os programas do governo de transferência de renda, em especial o Fome Zero e o

Bolsa-Família. A senadora afirmou que os programas do governo fazem revolução silenciosa na política de combate à fome e à pobreza.

Ana Júlia observou que o Bolsa-Família é um programa que alivia a pobreza de maneira imediata, propiciando, no mínimo, o acesso à alimentação.

Aprovada criação da Agência Nacional de Aviação Civil

O Plenário do Senado aprovou ontem o projeto de lei da Câmara (PLC 62/04) que cria a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), autarquia especial vinculada ao Ministério da Defesa. A missão da nova agência, que terá sede no Distrito Federal, será regular e fiscalizar a aviação civil e a infra-estrutura aeronáutica e aeroportuária no país. A matéria vai à sanção do presidente da República.

Durante a discussão em Plenário, senadores divergiram

quanto à possível instalação de um escritório central da Anac no Rio de Janeiro. A proposta foi defendida pelos três representantes do estado: Sérgio Cabral Filho (PMDB), Roberto Saturnino (PT) e Marcelo Crivella (PL). Já os senadores pelo Distrito Federal Paulo Octávio (PFL) e Cristovam Buarque (PT) rejeitaram a reivindicação e querem que o Rio conte apenas com uma administração similar às previstas para outras capitais.

Como o governo tinha pressa

na aprovação da matéria, foram rejeitadas todas as emendas, inclusive uma de Saturnino que transferia a sede da Anac para o Rio. Os representantes fluminenses confiam no acordo firmado com o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), que prevê a edição de uma medida provisória para instalação desse escritório central no Rio. Eles argumentam que o conjunto dos órgãos de controle da aviação civil está sediado lá.

Projetos sobre acordos internacionais

O Senado aprovou ontem quatro projetos relativos a acordos internacionais feitos pelo Brasil. O primeiro (PDL 357/05) estabelece isenção parcial de vistos entre Bulgária e Brasil. O PDL 371/05, celebrado entre o Brasil e a República Tcheca, também dispõe sobre isenção parcial de vistos.

Já o PDL 367/05 aprova o texto do Acordo sobre Dispensa de Tradução para Documentos Administrativos para Efeitos de Imigração entre os Estados Partes do Mercosul. Outro acordo aprovado (PDL 369/05) fixa cooperação na pesca e aqüicultura entre Brasil e Cuba.

Convenção contra o terrorismo é ratificada

Foi aprovado em Plenário ontem projeto de decreto legislativo (PDL 373/05) contendo o texto da Convenção Interamericana contra o Terrorismo, assinada em Barbados, em junho de 2002. Conforme mensagem do Executivo enviada ao Congresso, o intuito do acordo é dotar o sistema interamericano de uma estrutura jurídico-institucional que oriente ações concertadas no combate ao terrorismo, em respeito aos direitos humanos e às instituições democráticas.

O texto aprovado da Convenção Interamericana contra o Terrorismo vai agora a promulgação.

Acolhida PEC que amplia vigência do Fundef

O Plenário aprovou, em primeiro turno, com 57 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção, substitutivo do senador José Jorge (PFL-PE) à proposta de emenda à Constituição (PEC 29/02) que amplia a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) por mais dez anos, portanto, até 2016. O fundo foi implantado em 1998. Seu prazo de vigência terminaria em 2006, o que interromperia os benefícios do programa e comprometeria a educação pública do país.

Movimento pede inclusão de creches no Fundeb

Entidades ligadas à defesa da infância e da educação promoveram ontem uma "carrinhata de bebês" no Congresso, como forma de reivindicar a inclusão das creches no Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). O evento contou com a participação das senadoras Patrícia Saboya (sem partido-CE), Heloísa Helena (PSOL-AL), Ana Júlia Carepa (PT-PA), Fátima Cleide (PT-RO) e Serys Shlessarenko (PT-MT).

A "carrinhata" é parte da Campanha Nacional pelo Direito à Educação e foi organizada pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), Fundação Abrinq e Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social.

O Fundeb deverá ser instituído por meio de proposta de emenda à Constituição de autoria do Poder Executivo (PEC 415/05). A matéria está tramitando na Câmara. Patrícia Saboya argumenta que a proposição exclui as crianças de até três anos, pois prevê atendimento pré-escolar apenas para a faixa etária de quatro a seis anos.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, se comprometeu a ajudar a Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente, presidida por Patrícia Saboya.



Reunião conjunta das CPIs do Mensalão e dos Correios examina acusações a parlamentares; Juscelino Dourado afirma que Buratti pode ter feito denúncia de propina por razões pessoais ou constrangimento; Efraim diz que depoimento não o convenceu



Roosevelt Pinheiro

SUSPEITA Para José Jorge, base de apoio tenta abafar envolvimento de governistas

José Jorge quer punição para os culpados

“Nós, da oposição, vamos garantir que estas CPIs não terminem em *pizza* e que todos os culpados sejam punidos”, afirmou em Plenário, ontem, o senador José Jorge (PFL-PE). Para o parlamentar, a base de apoio ao governo federal vem tentando abafar o envolvimento de deputados governistas com o recebimento de propina. José Jorge sustenta que a existência do “mensalão” já está provada.

CPIs votam hoje relatório pedindo início de processo

O presidente da CPI dos Correios, senador Delcídio Amaral (PT-MS), informou que hoje, às 15h, a comissão se reunirá com a CPI do Mensalão para votar relatório conjunto dos relatores das duas comissões – Osmar Serraglio (PMDB-PR) e Ibrahim Abi-Ackel (PP-MG) – indicando abertura de processo no Conselho de Ética contra deputados acusados de envolvimento no recebimento de mesada. O relatório, se aprovado, seguirá para exame da Presidência da Câmara.

Delcídio adiantou mudanças no esquema de trabalho da comissão, como ficou acertado em reunião entre o presidente do Senado, Renan Calheiros, e os presidentes das CPIs dos Correios, do Mensalão e dos Bingos. A reunião administrativa de hoje, às 11h30, está mantida, mas a partir da próxima

semana todas as sessões das comissões parlamentares de inquérito terão início às 10h.

Nas segundas-feiras, às 18h, os presidentes das três CPIs vão se reunir para compatibilizar pautas e agendas. Também ficou acertado que será contratada empresa para ajudar as CPIs a fazer auditorias de contratos e finanças. Delcídio destacou que o problema que mais aflige as três comissões é a demora no recebimento de dados de instituições financeiras e de telefonia.

A rotina de trabalho da CPI dos Correios deverá ser mantida, garantiu Delcídio. Nas terças-feiras haverá oitivas de menor relevância. Nas quartas será a vez do depoimento mais importante da semana, e nas quintas ocorrerão reuniões administrativas. Ficou decidido que as investigações da

CPI dos Correios serão focadas nas origens do dinheiro que alimentou as contas do empresário Marcos Valério. As investigações sobre o Instituto de Resseguros do Brasil também ficarão a cargo da comissão.

Lista com 18

O relator da CPI do Mensalão, deputado Ibrahim Abi-Ackel, informou que irá incluir no parecer do relator da CPI dos Correios dados de investigações feitas pela comissão sobre o pagamento irregular a deputados. Não pretende, no entanto, acrescentar outros nomes aos 18 já listados.

Segundo Abi-Ackel, a discussão sobre o “mensalão” está “fora de foco”, pois o que caracteriza o delito não é o fato de os pagamentos serem mensais. Para ele, há fortes indícios de que os deputados da lista receberam pagamentos indevidos.



Roosevelt Pinheiro

PREOCUPAÇÃO Simon ressalta que objetivo das comissões é determinar a origem dos recursos

Simon quer saber de onde veio o dinheiro

Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou ontem que o principal objetivo das comissões parlamentares de inquérito (CPIs) não é determinar quem recebeu dinheiro das contas de Marcos Valério, mas a origem dos recursos.

–O meu medo é saber quando vamos verificar não os corruptos, mas de onde veio o dinheiro, de onde veio essa montanha de dinheiro para o empresário – comentou Simon.



Roosevelt Pinheiro

ACUSAÇÃO Arthur Virgílio diz que o presidente tem demonstrado “levianidade e desconhecimento”

Arthur Virgílio critica Lula por comparações

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), criticou o presidente Lula, que, para ele, tem demonstrado “levianidade e desconhecimento” da história do Brasil em seus pronunciamentos. Referindo-se às comparações que Lula fez de si mesmo com ex-presidentes, Virgílio ressaltou que o presidente Juscelino Kubitschek não foi alvo de tentativa de assassinato e que João Goulart não renunciou, mas foi deposto.

Dourado diz desconhecer propina em Ribeirão Preto

Em depoimento ontem à CPI dos Bingos, Juscelino Antônio Dourado, chefe de gabinete do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, disse desconhecer o suposto pagamento mensal de R\$ 50 mil feito pela empresa Leão & Leão à prefeitura de Ribeirão Preto (SP), no período em que Palocci era prefeito do município. “Não acredito que esse pagamento tenha ocorrido. Se Buratti [advogado Rogério Buratti] confirmou, talvez tenha sido por razões pessoais ou de constrangimento, uma vez que

ele foi preso”, declarou.

Juscelino Dourado narrou que, nos 13 anos de convivência com Palocci, pôde observar que ele “sempre teve uma vida regrada”, e era muito cuidadoso com as finanças de suas campanhas eleitorais, nas quais “nunca houve caixa dois”.

O chefe de gabinete também afirmou desconhecer denúncias de Buratti de que empresários ligados a jogos de bingo em São Paulo teriam repassado cerca de R\$ 1 milhão para campanhas eleitorais do PT.



Geraldo Magela

OITIVA Chefe de gabinete do ministro da Fazenda, Juscelino Dourado (segundo à esquerda, ao lado de Efraim e Garibaldi) depõe na CPI dos Bingos

Decisão sobre Palocci só após o dia 7

O senador Efraim Moraes (PFL-PB), presidente da CPI dos Bingos, informou que o requerimento pedindo a convocação do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, para depor perante o colegiado, será votado após a Semana da Pátria.

Para o parlamentar, devido aos diversos depoimentos já colhidos pela comissão, há motivos para a convocação do ministro, a começar pela acusação feita por Rogério Buratti, de pagamento de propina pela empresa Leão & Leão, quando Antonio Palocci era prefeito da cidade paulista de Ribeirão Preto. Sobre o depoimento de Dourado, Efraim observou que o depoente tentou “blindar” o ministro.

– Não me convenci com o depoimento. Tenho certeza de que, em alguns momentos, Juscelino Dourado não disse a verdade; ele protegeu Buratti e Palocci – avaliou Efraim.



Roosevelt Pinheiro

DEBATE Eduardo enfatiza que publicação agiu com ética e jornalisticamente de forma correta

Eduardo assume defesa da revista *Veja*

Um dia após a senadora Serys Shlessarenko (PT-MT) ter criticado a revista *Veja*, o senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) assumiu ontem a defesa da publicação. O episódio que suscitou a discussão foi a suposta manipulação de dados sobre uma manifestação de estudantes.

– A revista me deixou claro que não manipulou os fatos. Para mim, a *Veja* agiu com ética e de forma correta – declarou.



Dirigentes dos três maiores fundos de pensão do país revelam que mantêm contratos com empresa que pertenceu ao ex-ministro Luiz Gushiken; representante de corretora contradiz Marcos Valério; Renan e Lula falam sobre política e economia

Fundos de pensão têm contrato com a Globalprev

Em depoimento à CPI do Mensalão, os presidentes dos maiores fundos de pensão do Brasil (Previ, Petros e Funcef) admitiram que as instituições têm contrato com a Globalprev, empresa que já pertenceu ao ex-ministro Luiz Gushiken, hoje chefe do Núcleo de Assuntos Estratégicos, ligado à Presidência da República.

Os três executivos são filiados ao PT. Wagner Pinheiro de Oliveira, presidente da Petros, afirmou que foi indicado para o cargo por Gushiken. Sérgio Ricardo Silva Rosa, da Previ, disse ter sido indicado pela presidência do Banco do Brasil, e Guilherme Narciso de Lacerda, da Funcef, pelo presidente da Caixa Econômica Federal.

Apesar de reconhecer que é amigo de Gushiken, Sérgio Rosa assegurou que nunca tomou nenhuma atitude que não fosse em benefício do fundo.

Previ, Funcef e Petros têm investimentos no BMG e no Banco Rural, mas não haveria irregularidades nessas aplicações, segundo disseram os dirigentes das instituições. Sérgio Rosa informou que o volume de investimentos feito nesses bancos é de 3% do total de aplicações da Previ. Guilherme Lacerda, da Funcef, afirmou que as operações feitas com BMG e Banco Rural a partir de 2003 são menores que as realizadas até 2002. Wagner de Oliveira, da Petros, disse que houve pequeno acréscimo de aplicações

nesses bancos em 2003.

Existem suspeitas de que os investimentos dos fundos de pensão nos bancos Rural e BMG tenham servido como compensação pelos empréstimos que esses bancos fizeram ao PT e a Marcos Valério.

O relator da CPI, deputado Ibrahim Abi-Ackel (PP-MG), questionou Sérgio Rosa, da Previ, sobre a aquisição de ações da Brasil Telecom. As ações teriam sido compradas por R\$ 1,3 bilhão, apesar de valerem somente R\$ 350 milhões. Rosa justificou o negócio dizendo que é prevista uma grande valorização dessas ações até 2007. O relator e outros integrantes da CPI não se convenceram com as explicações.



EXPLICAÇÕES Na CPI do Mensalão, Abi-Ackel (E), Amir Lando, Wagner Pinheiro, Sérgio Rosa e Guilherme Lacerda

Corretora desmente Marcos Valério

O representante da *trading* (empresa que aplica dinheiro no mercado financeiro) Bônus-Banval, Enivaldo Quadrado, entregou aos integrantes da CPI dos Correios relatório de auditoria de todas as aplicações feitas pelo empresário Marcos Valério com aquela empresa. Segundo Quadrado, Valério foi cliente da corretora durante o ano de 2004 e movimentou cerca de R\$ 7 milhões, mais que o dobro dos R\$ 3 milhões que Valério confirmou ter aplicado na corretora.

Ao relator da comissão, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), Quadrado disse que todas as aplicações foram feitas por ordem de Marcos Valério e que os recursos sempre foram entregues ao próprio Valério e

nunca a políticos. Valério afirmou em depoimento na CPI que a Bônus-Banval repassava dinheiro a políticos.

Enivaldo Quadrado negou trabalhar com doleiros e declarou que sabia apenas que Marcos Valério era um publicitário que atendia grandes contas, nada além disso. Afirmou ainda que, por meio de Marcos Valério, conheceu o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares.

Esquema

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) ressaltou que a corretora Bônus-Banval é citada como parte de um "esquema monstruoso de corrupção", onde agiam "gangues partidárias e empresários".

Ao senador César Borges (PFL-BA), Enivaldo Quadrado

negou, "de forma categórica", ter feito pagamento a qualquer político, ao contrário do que afirmou Marcos Valério. Borges destacou que Quadrado se apresentou como "mero intermediário de aplicações em bolsas de futuros".

Enivaldo Quadrado disse serem "falsas e absurdas" as declarações do doleiro Toninho da Barcelona, segundo as quais a corretora teria remetido dinheiro ao exterior em nome do PT.

Quadrado garantiu que a Bônus-Banval não tem ligações com políticos e que o único homem público que conhece é o deputado José Janene (PP-PR), o mesmo que o teria apresentado ao publicitário Marcos Valério.



Ricardo Stuckert/PR

DIALOGO Renan conversa com Lula sobre investigação das denúncias de corrupção: presidente está otimista com o desempenho da economia

Lula diz a Renan que tem cobrado rapidez da PF

Em conversa com o presidente do Senado, Renan Calheiros, o presidente Lula quis saber como andam as investigações do Congresso sobre denúncias de corrupção e informou que tem cobrado rapidez nas apurações da Polícia Federal, da Controladoria Geral da União e da Receita Federal. Ao relatar a conversa, Renan afirmou que Lula continua otimista com o desempenho da economia.

– O presidente me convidou para uma conversa institucional, como devem ser as conversas entre presidentes de dois Poderes.

No encontro, Renan disse a Lula que a decisão do Senado de criar uma instância de convergência para racionalizar os

trabalhos das CPIs vai propiciar a apresentação dos resultados esperados pela sociedade.

– A única maneira de o Congresso reaver sua credibilidade é punindo exemplarmente. Esse é o estado de espírito que domina o Congresso – observou o presidente do Senado.

Indagado por jornalistas a respeito da postura do presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, em relação às investigações de corrupção, Renan disse que não discute a postura de ninguém.

– Quem se atrever a buscar o acobertamento das investigações está redondamente enganado. Isso não vai acontecer e a sociedade não perdoaria se isso acontecesse.

Referendo: frente recebe doações

A partir de hoje, a Frente Parlamentar Brasil sem Armas poderá receber doações de empresas e pessoas físicas para ajudar a cobrir os custos da campanha de apoio à proibição do comércio de armas e munições. O presidente da frente parlamentar e do Senado, Renan Calheiros, e o deputado Raul Jungmann (PPS-PE) abriram ontem, na agência 2636-0 do Banco do Brasil, a conta nº 11010-8, que receberá doações até 20 de setembro.

Jungmann explicou que as doações estão sujeitas à legislação eleitoral, que limita as doações a 10% do faturamento bruto das empresas no ano anterior e a 10% do salário ou renda das pessoas físicas. O doador precisa identificar-se com o CPF e para cada depósito será emitido um recibo com essa identificação e o respectivo valor.

Grupo analisa projeto sobre pneu

O grupo de trabalho formado para discutir o projeto que exige contrapartidas ambientais das empresas que comercializam pneus usados realizou sua primeira reunião ontem, em sessão conjunta das comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). O cronograma de atividades permite a apresentação de sugestões até 16 de setembro. O projeto (PLS 216/03) de Flávio Arns (PT-PR) toca em questões – e disputas – comerciais e ambientais.

– Este grupo de trabalho possui representantes de três grupos de interesse: os fabricantes de pneus novos, as empresas que comercializam pneus usados e o governo – disse o senador Valdir Raupp (PMDB-RO), coordenador do grupo e relator do projeto.



Agripino reage a apelo de Mercadante para que oposição colabore com a governabilidade; Antonio Carlos e Paulo Octávio criticam Lula por se comparar a JK; César Borges comenta declaração de presidente do TSE; Almeida Lima faz advertência

Mercadante destaca bons resultados da economia

O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), destacou que, ao contrário das expectativas pessimistas sobre a economia brasileira, os dados anunciados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) são positivos. O senador pediu colaboração da oposição para que as apurações das irregularidades não ofusquem esses resultados.

Segundo o IBGE, o crescimento econômico no segundo trimestre foi de 1,4% em relação aos três primeiros meses do ano. Mercadante ressaltou a qualidade do crescimento, que registra índice acumulado de 4,9% nos últimos 12 meses. Esse índice, explicou, repete



AVANÇO Mercadante observa que índices de crescimento são os melhores dos últimos dez anos

o de 2004, que representou o maior crescimento da economia nos últimos dez anos.

– É o crescimento liderado pelas exportações. Apesar da taxa de câmbio apreciada, as

Fotos: Roosevelt Pinheiro

exportações continuam em marcha batida de crescimento, batendo recordes e com um saldo comercial acumulado que deve superar US\$ 40 bilhões – enfatizou.

Mercadante fez questão de distinguir entre recursos novos, que entram no país pelo trabalho dos brasileiros, crescimento da indústria e geração de empregos, e aqueles gerados pelo governo anterior, com as privatizações e a desnacionalização da economia, esta última, segundo ele, “acelerada por uma âncora cambial irresponsável”.

Para o líder do governo, o país está a caminho da diminuição da vulnerabilidade externa.

ACM critica Lula por se equiparar a Juscelino

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) criticou o presidente Lula por seus últimos pronunciamentos, em que se comparou, como vítima, a Juscelino Kubitschek.

Antonio Carlos disse que o presidente evocou erradamente JK ao referir-se a ataques que tem sofrido por conta das investigações de corrupção no seu governo. Lula citou, no discurso, episódio considerado inexistente pelos historiadores, no qual Juscelino, durante seu



DESINFORMAÇÃO Antonio Carlos afirma que Lula cita fatos inexistentes para disfarçar crise

mandato, teria sido vítima de atentado contra sua vida e de perseguições contra sua honra.

Para o senador, ao citar fatos inexistentes, o presidente Lula teria o intuito de impressionar eleitores e disfarçar a crise política que enfrenta.

Família de JK rejeita comparação

Paulo Octávio (PFL-DF) leu em Plenário nota da família de Juscelino Kubitschek manifestando preocupação com supostos equívocos cometidos pelo presidente Lula ao mencionar JK. A nota afirma que algumas das citações feitas pelo presidente carecem de veracidade.

Falando em nome de sua esposa, Ana Cristina, neta de Juscelino, e de seus filhos, “herdeiros de JK nascidos em Brasília”, Paulo Octávio cita a nota da família ao afirmar



PREOCUPAÇÃO Paulo Octávio lê nota da família que aponta equívocos sobre Juscelino

que as dificuldades políticas vividas por JK “não podem, em hipótese alguma, ser comparadas às da atual conjuntura política do Brasil de hoje”.

A nota destaca que o momento político brasileiro “contradiz a história, o passado e os ideais políticos” de JK.

Almeida Lima condena postura de Severino

Almeida Lima (PMDB-SE) afirmou que há políticos subestimando “a capacidade de reação do povo”. Ele referiu-se especialmente ao presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, que defendeu punições brandas, como pena de advertência, para os políticos que cometeram “o crime de uso de caixa dois em campanha eleitoral”.

– O povo não entende por que Delúbio Soares e Marcos Valério ainda não foram presos. O momento não é para



DESABAFO “O povo não entende por que Delúbio Soares e Marcos Valério não foram presos”

acordos e conchavos, mas para atitudes. Estamos numa encruzilhada, e fechar os olhos agora pode ser muito ruim para o Brasil. Podemos ter convulsões sociais e, nessa hora, pode aparecer algum aventureiro interessado em subir ao poder.

Agripino estranha pedido de apoio à governabilidade

O líder do PFL, José Agripino (RN), disse estranhar que o líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), tenha convocado a oposição a garantir a governabilidade, viabilizando a aprovação de projetos do Executivo. Ele lembrou que Mercadante havia discursado antes, apelando para que os interesses do país na área econômica fossem preservados, não obstante o trabalho das CPIs que apuram as denúncias contra o PT e o governo.

– A oposição do PFL e do PSDB tem colaborado, tem pro-

curado aperfeiçoar projetos do Executivo, muito diferente da oposição que o PT fazia à época do governo anterior – reagiu José Agripino. O senador acusou a própria base aliada do governo na Câmara de “embaralhar” a aprovação de importantes matérias, incluindo a primeira proposta de emenda à Constituição da reforma político-partidária, já aprovada no Senado.

Agripino criticou os discursos do presidente Lula, que seriam contraditórios em relação aos trabalhos das CPIs e às evidên-



AVALIAÇÃO “O presidente Lula age como o ministro da propaganda de Hitler”, adverte José Agripino

cias que aparecem a cada dia contra o PT e o governo.

– O presidente Lula procura repetir que não existem provas. Age como o ministro da propaganda de Hitler, Goebbels, que pregava que mentiras repetidas muitas vezes acabam virando verdade.



CONSOLO César Borges se diz recompensado com interpretação do presidente do TSE

o delito.

O senador disse estar gratificado com a interpretação, ainda que pessoal, do ministro. Isso porque a oposição, logo após a confissão da prática

de utilização de recursos não contabilizados pelo tesoureiro licenciado do PT, Delúbio Soares, entrou com representação no TSE pedindo a cassação do registro do PT.

– Estou recompensado com a interpretação do ministro. O PT está passível de cassação de registro, e pela rainha das provas, que é a confissão. Não precisa de mais evidências, foi uma confissão, o partido reconheceu a prática delituosa. Ele tem de pagar, sob pena de se transformar em prática corriqueira – ressaltou.

César Borges: caixa dois pode cassar o PT

César Borges (PFL-BA) comentou as declarações do presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Carlos Velloso, no programa *Roda Viva*, da TV Cultura, segundo as quais a comprovação da prática de caixa dois em campanhas eleitorais poderia levar à cassação do registro do partido político que cometeu

Propaganda eleitoral

É vedada, na campanha eleitoral, a distribuição de camisetas, bonés, canetas, brindes e afins, assim como de qualquer outro objeto que possa proporcionar vantagens ou utilidades ao eleitor

É proibida a apresentação, remunerada ou não, de artistas com o fim de animar comícios e reuniões eleitorais

É vedada a divulgação de pesquisas eleitorais a partir do 15º dia anterior até as 18h do dia do pleito

Os programas de rádio e de TV serão gravados em estúdio e deles somente poderão participar o candidato e filiados ao seu partido, sendo vedadas as gravações externas, montagens ou trucagens

Nas emissoras de rádio e de televisão, os programas serão transmitidos nos 35 dias anteriores à antevéspera das eleições



Reforma eleitoral deve seguir hoje para a Câmara

O relator do projeto de reforma eleitoral de emergência (PLS 275/05) na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador José Jorge (PFL-PE), acredita que o parecer aprovado pela comissão no dia 18 de agosto deverá seguir hoje diretamente para apreciação da CCJ da Câmara.

A decisão da CCJ do Senado é terminativa, ou seja, só será submetida ao exame do Plenário se pelo menos nove senadores requererem. O prazo para a apresentação de recurso encerrou ontem. Segundo o relator, esse instrumento não deverá ser apresentado em razão do acordo que foi feito entre todos os partidos no Senado. Na Câmara, a decisão também é terminativa na CCJ.

O projeto foi apresentado pelo presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC), no dia 9

de agosto. Embora tenha recebido muitas emendas, o conteúdo básico foi considerado consensual no Senado. A proposta visa reduzir as despesas de campanha, simplificando o formato dos programas, diminuindo o tempo da propaganda no rádio e na TV e proibindo showmícios e propaganda com faixas, *outdoors*, camisetas e bonés no dia da eleição.

O projeto fixa, também, limite para doação em dinheiro e obriga os partidos a divulgarem sua movimentação financeira diariamente na Internet. As penalidades e multas estipuladas para transgressões ao sistema eleitoral são ampliadas.

A votação rápida da matéria no Senado teve o objetivo de fazer valer as novas regras já para as eleições de 2006. Dessa forma, terá que ser aprovada até 30 de setembro na Câmara.

Renan defende mudanças políticas de emergência

O presidente do Senado, Renan Calheiros, defendeu ontem a aprovação de uma reforma política de emergência, em consenso com a Câmara dos Deputados. Para Renan, questões polêmicas como as restrições à divulgação de pesquisas de opinião nas campanhas eleitorais são dispensáveis e deveriam ser evitadas em benefício da diminuição do tempo de tramitação do projeto.

– Precisamos cortar custos das campanhas e deixar essas coisas que não são consensuais para depois. O fundamental é caminhar no rumo da transparência, da ética e do financiamento indiscutível. O que não pode acontecer é nós fazermos uma nova eleição com as velhas regras. Essas produções milionárias é que estimulam o caixa dois. Temos que impedir que essas coisas continuem acontecendo no Brasil – assinalou.

Renan apoiou o fim da verticalização, que obriga as coligações fechadas nos estados a seguir os mesmos acordos partidários acertados em âmbito nacional. Ele afirmou que defender a verticalização sem uma reforma política é, na prática, defender a verticalização do caos.

– Acho que como conceito isso é muito bom, mas para funcionar depois da reforma. Tem que ser consequência e não pressuposto – disse.

Renan explicou ainda que a derrubada do veto presidencial ao reajuste de 15% aos servidores do Senado e da Câmara foi resultado de um acordo de líderes partidários e que houve um equívoco do governo ao passar a idéia que se tratava de um aumento de salário.

– Esse reajuste foi dado como consequência do reajuste dado pelo Executivo no primeiro ano do governo Lula – frisou.

Orçamento para 2006 já está no Congresso

■ Proposta repete meta de superávit que Renan Calheiros considera incompatível com necessidades do país

O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, entregou no final da manhã de ontem ao presidente do Senado, Renan Calheiros, o projeto da Lei Orçamentária da União (LOA) para 2006. A proposta foi elaborada com uma previsão de superávit primário (receitas menos despesas, excluído o pagamento de juros) de 4,25% do produto interno bruto (PIB). Repete, assim, a mesma meta

fixada para este ano, embora a contenção dos gastos adotada pelo governo até o momento esteja produzindo, na prática, uma economia equivalente a 6,7% do PIB.

Para Renan, um superávit dessa magnitude é incompatível com as necessidades de o país realizar investimentos nas áreas sociais e de infraestrutura. Na audiência com o ministro, em seu gabinete, ele manifestou sua discordância com relação à prática de retenção dos recursos previstos para os programas e ações do governo, em desacordo com a lei orçamentária discutida e aprovada pelo Congresso.

A proposta orçamentária fixa

em R\$ 14 bilhões o volume de investimentos em infra-estrutura para o próximo ano. Para a área da saúde, são sinalizados gastos totais de R\$ 37 bilhões, mais R\$ 4,3 bilhões em relação ao orçamento vigente. O programa Bolsa-Família está contando com R\$ 9,5 bilhões, enquanto R\$ 9 bilhões são reservados para ações na agricultura familiar.

– Nós procuramos fazer um bom orçamento na área de investimentos, com prioridade para os gastos sociais, e assim mesmo temos uma peça equilibrada, trazendo um superávit de 4,25% – comentou o ministro, em entrevista após a audiência.



TRÂMITE Paulo Bernardo (segundo à esquerda) entrega projeto da Lei Orçamentária a Renan Calheiros (segundo à direita)

Presidente do Senado reclama de "peça de ficção"

Minutos depois de receber do ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, o projeto da Lei Orçamentária para 2006, o presidente do Senado, Renan Calheiros, lamentou que o Orçamento no Brasil seja uma "peça de ficção".

– Infelizmente, depois de discutido no Congresso, ele é quase totalmente contingenciado no que se refere a investimentos. Isso não pode continuar – afirmou o senador.

Diante da observação de um jornalista de que a política de contingenciamento deverá ser abrandada em um ano eleitoral, Renan disse que o principal é mudar as regras para que o Orçamento seja executado conforme as necessidades do país.

– Estamos vivendo uma dura crise. O superávit primário está

chegando a 6,7%. Não há priorização de nada. Não há gasto social nenhum – reclamou.

Renan recomendou a imediata mudança das regras de elaboração orçamentária. Disse que, depois de aprovado, o Orçamento está sendo contingenciado em 100% nos recursos destinados a investimento, em um país tão necessitado de obras públicas.

– E o país não pode ficar dependendo disso. Onde a iniciativa privada não puder fazer investimento, o Estado tem que fazer. Temos que priorizar as necessidades do país – ressaltou.

O presidente do Senado falou dos seus esforços para mudar as regras de elaboração da proposta orçamentária, mas ressaltou que ainda não existe acordo para que essas normas sejam mudadas.

Salário mínimo deverá subir para R\$ 321

O projeto de Lei do Orçamento para 2006, entregue ontem ao Congresso pelo ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, prevê reajuste para o salário mínimo, em maio de 2006, com base na inflação passada acrescida da variação do produto interno bruto (PIB) *per capita*. Se a inflação se mantiver dentro das previsões, o salário subirá de R\$ 300 para R\$ 321.

A regra para o salário mínimo constou das duas últimas Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO), mas sempre o reajuste acabou sendo maior do que o mínimo estipulado, por pressão dos parlamentares. Em maio último, o governo concedeu o que manda a LDO, acrescido de um aumento real (descontada a inflação) de 8,05%.

Política externa brasileira é bem vista no estrangeiro

Afirmção foi feita pelo ministro Celso Amorim, durante audiência pública na Comissão de Relações Exteriores

Enquanto publicações de diversos países exaltam o papel do Brasil na política internacional, órgãos de imprensa nacionais muitas vezes optam por questionar os resultados da atual política externa. A afirmação foi feita, ontem, pelo ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, ao defender a política externa implementada no país a partir do governo Luiz Inácio Lula da Silva.

– Em recente viagem ao exterior, um correspondente estrangeiro me perguntou por que a política externa brasileira

recebe tantos elogios no exterior e é tão criticada no próprio país. Respondi que a pergunta dele era a minha resposta – relatou Amorim, durante encontro realizado, a seu pedido, com os integrantes da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Em determinadas situações, observou o ministro, haveria “quase uma torcida” em setores da imprensa para que “as coisas não caminhem bem” na política externa. Uma delas, a seu ver, refere-se ao debate em torno da possibilidade de ampliação do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Na opinião de Celso Amorim, o pleito brasileiro por um assento permanente no conselho não pode ser visto como uma “empreitada de loucos e cegos caminhando no deserto”. O mi-

nistro lembrou que estão juntos do Brasil, nessa reivindicação, a segunda e a terceira maiores economias do mundo – Japão e Alemanha – e o segundo país mais populoso, a Índia.

Ele registrou artigo da revista britânica *The Economist* sobre a política externa brasileira, com o título “Um gigante se levanta”. Em seguida, refutou críticas dirigidas à realização do encontro da Cúpula Países Árabes-América do Sul, em Brasília, e à reaproximação com a África. Nesse sentido, recordou a recente venda, pelo país, de 15 aviões para a Arábia Saudita e de 700 ônibus para o Catar.

Amorim citou números do primeiro semestre do ano para demonstrar os progressos obtidos a partir de maior aproximação com países em desenvolvimento.



DEFESA Celso Amorim (à direita, ao lado de Cristovam Buarque) destaca a política implementada pelo governo Lula

Azeredo critica busca de "supremacia forçada"

Ao questionar a atual política externa brasileira, durante a reunião da Comissão de Relações Exteriores, o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) disse que o Brasil não deve buscar uma “supremacia forçada” no continente, para não provocar antipatias em relação ao país, a partir de nações como a Argentina. Em resposta, o ministro Celso Amorim afirmou que a única divergência com a Argentina refere-se à ampliação do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Outros senadores da oposição criticaram pontos da políti-

ca diplomática, embora sempre ressaltando a qualidade dos quadros do Itamaraty. Flexa Ribeiro (PSDB-PA) condenou a “forma precipitada” como o país teria aceitado considerar a China como economia de mercado. José Agripino (PFL-RN) questionou os reflexos sobre nações amigas da realização da Cúpula Países Árabes-América do Sul. Amorim enfatizou que a declaração sobre a China não retira do governo brasileiro a capacidade de aplicar possíveis salvaguardas às exportações chinesas. Ele garantiu que a cúpula não prejudicou as re-

lações do Brasil com Estados Unidos e Israel.

Eduardo Suplicy (PT-SP) reiterou apelo ao governo para que se empenhe na busca de informações sobre o brasileiro João José Vasconcelos Júnior, detido por rebeldes iraquianos. Também participaram do debate Romeu Tuma (PFL-SP), Ney Suassuna (PMDB-PB) e Pedro Simon (PMDB-RS).

O presidente da CRE, Cristovam Buarque (PT-DF), admitiu que pode vir a deixar o comando do colegiado, uma vez que estaria para sair do PT, partido ao qual pertenceria o cargo.



DEVEDOR Projeto de autoria de César Borges (D) aprovado pela Comissão de Justiça visa garantir a preservação da atividade agrícola

Preferência ao agricultor para depositário de bens

O devedor poderá ter preferência para ser nomeado depositário dos seus bens hipotecados, durante o processo de execução, quando esses forem máquinas, instrumentos e implementos agrícolas, de acordo com projeto do senador César Borges (PFL-BA), aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa.

O objetivo da proposta (PLS 37/04) é garantir ao devedor a continuidade de sua atividade econômica, para que possa ter condições de saldar dívidas. No parecer favorável, o relator, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), afirmou que a medida é direcionada à preservação da atividade agrícola. Ele acrescentou emenda para garantir a perda do direito de preferência caso seja comprovado dolo ou fraude do depositário – hipótese em que caberá ao juiz a nomeação de terceiro.

Também foi aprovado proje-

to de lei (PLC 72/05) da Presidência da República que altera o Código de Processo Civil para restringir a utilização do agravo retido às audiências de instrução e julgamento. A proposta trata ainda da conversão do agravo de instrumento em agravo retido.

A CCJ aprovou ainda parecer de Arthur Virgílio (PSDB-AM) ao PLS 171/03, de Leonel Pavan (PSDB-SC), que autoriza o Executivo a criar a Fundação Universitária Federal do Oeste Catarinense (Ufoeste).

Na mesma reunião, a Comissão de Justiça acolheu requerimento da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) para realização de audiência pública – em conjunto com as comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Assuntos Econômicos (CAE) –, destinada a discutir o PLC 62/05, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável.

Presença de réu em local proibido pode quebrar fiança

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem projeto de lei da Câmara (PLC 17/05) que modifica o Código de Processo Penal para incluir, entre as hipóteses de quebra de fiança, o comparecimento do réu a local do qual deveria manter-se afastado, conforme determinação policial ou judicial. Para o relator, senador Fernando Bezerra (PTB-RN), a proposta é “conveniente e oportuna”.

A CCJ acolheu ainda o PLC 82/05, de autoria do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que cria 166 funções comissionadas no quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho

da 24ª Região. Segundo o relator da matéria, Ramez Tebet (PMDB-MS), a proposta, na verdade, apenas regulariza a situação dessas funções, que, por terem sido criadas por ato administrativo, foram consideradas irregulares pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Também foi aprovado parecer de Alvaro Dias (PSDB-PR) para corrigir imperfeição jurídica na Proposta de Emenda à Constituição 59/04, de Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM), que altera a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial de Manaus. A proposta voltará ao Plenário, para votação em primeiro turno.